**Empresa Maranhense de Administração**

**Portuária-EMAP**

**Demonstrações Contábeis**

**31 de Dezembro de 2020**

**Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP**

**31 de Dezembro de 2020**

**Conteúdo**

**Balanço patrimonial**2

**Demonstração do resultado**3

**Demonstração do resultado abrangente**4

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**5

**Demonstração do fluxo de caixa – Modelo indireto**6

**Demonstração do valor adicionado**7

**Notas explicativas**8 - 29





|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP** | | | | |  |  |
| **Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de Dezembro de 2020 e 2019** | | | | | | |
| ***(Em milhares de Reais)*** | |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  | **31/12/2020** |  | **31/12/2019** |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Lucro do exercício** |  |  |  | **30.584** |  | **56.818** |
|  |  |  |  |  |  |  |
| Outros resultados abrangentes | |  |  | - |  | - |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Total de resultados abrangentes do exercício** | | | | **30.584** |  | **56.818** |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis | | | | | |  |





# 

# Informações Gerais e contexto operacional

A Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP é uma empresa pública estadual, com personalidade jurídica de direito privado, constituída pela Lei Estadual n° 7.225, de 31 de agosto de 1998, alterada pelo art. 66 da Lei Estadual nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998, com sede e foro na Avenida dos Portugueses, s/n – Porto do Itaqui – São Luís – MA.

A EMAP é denominada autoridade portuária conforme Lei nº 12.815 de 05 de junho de 2013, em harmonia com as diretrizes do Governo Federal, por força de Convênio de Delegação Nº 016/2000 celebrado entre a União e o Estado do Maranhão com prazo de 25 anos e seu estatuto social, possuindo autonomia administrativa, técnica, patrimonial e financeira e tem como atividade preponderante a administração e exploração do Porto Organizado do Itaqui, do Cais de São José de Ribamar, dos Terminais de Ferry-Boat da Ponta da Espera e do Cujupe.

# Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi aprovada e autorizada para publicação, conforme pareceres emitidos pelos Conselhos Fiscal e de Administração da EMAP.

# Moeda Funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da entidade são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa opera (“moeda funcional”). Para fins de apresentação, as demonstrações financeiras são apresentadas em R$ (reais) que é a moeda funcional da Empresa, e também a moeda de apresentação.

# Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor.

# Principais políticas contábeis

* 1. **Ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Os ativos devem ser classificados como circulante quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

* Estiverem disponíveis para realização imediata; e
* Tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

Os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

**5.2 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outras aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, a partir da data de contratação e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

* 1. **Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da empresa. São classificados no ativo circulante, os valores a receber de clientes com prazo de recebimento igual a 12 (doze meses) ou menos, e no ativo não circulante os valores a receber que se realizarão em prazo maior.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

O valor registrado como provisão para créditos de liquidação duvidosa compõe-se de créditos não liquidados e registrados a débito de despesa, conforme disposto nos artigos 340 ao 343 do Regulamento do Imposto de Renda.

* 1. **Imobilizado**

Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação e perdas com ajuste ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo do ativo imobilizado inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, como também custos de financiamentos relacionados com ativos qualificáveis.

Os ganhos e as perdas com alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “outros ganhos/(perdas), líquidos” na demonstração do resultado.

O saldo das imobilizações em curso compõe-se de bens em construção ou recuperação, cujos valores são transferidos para o imobilizado após a conclusão, comprovado pelo respectivo Termo de Recebimento definitivo da obra.

* + 1. **Custos Subsequentes**

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, somente quando for possível que benefícios econômicos futuros fluam para a empresa e esses custos possam ser mensurados com confiabilidade.

* + 1. **Depreciação**

A empresa utiliza as taxas de depreciação fiscal, calculada pelo o método linear considerando o custo do imobilizado e seu valor residual.

|  |  |
| --- | --- |
| **Espécie** | **Taxa Anual** |
| Edificações portuárias | 4% |
| Móveis e utensílios | 10% |
| Máquinas e equipamentos | 10% |
| Equipamentos marítimos | 10% |
| Veículos | 20% |
| Equipamentos de informática | 25% |

* 1. **Arrendamento de Bens**

Os contratos de arrendamentos de bens estão baseados em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos de bens para os quais a Empresa não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel.

* 1. **Ativos Intangíveis**

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

* 1. **Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e/ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, serão apresentadas como passivo não circulante.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado.

* 1. **Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e incluem os rendimentos, encargos e variações monetárias incidentes sobre ativos e passivos, quando aplicável.

* 1. **Reconhecimento de receitas**

A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades, sendo apresentada líquida dos impostos, devolução, abatimentos e dos descontos.

A empresa reconhece a receita quando atendido os seguintes critérios:

* O seu valor poder ser mensurado com confiabilidade;
* For provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade;

A receita financeira é reconhecida conforme prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

* 1. **Reconhecimento de receitas**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25(R2) que trata sobre ativos e passivos contingentes.

O Pronunciamento Contábil 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC estabelece que:

* **Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.
* **Passivos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e, quando aplicável:

1. a estimativa do seu efeito financeiro;
2. a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e
3. a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.

* **Provisão:** São obrigações presentes (legal ou não formalizada), derivadas de eventos passados e reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação. O valor reconhecido como provisão deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

**Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios**

A Empresa possui ações judiciais cíveis e trabalhistas decorrentes de sua atividade operacional. As provisões são constituídas considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, sendo estas classificadas segundo seu grau de risco (provável, possível ou remota).

As provisões são revisadas e ajustadas levando em consideração as circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

# Análise Econômica – Financeira

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Índices de Liquidez** | | | | | | | |
|  |  |  |  | **31/12/2020** |  |  | **31/12/2019** |
| Liquidez Imediata = Disponível / PC |  |  |  | **0,85** |  |  | **1,03** |
| Liquidez Corrente = AC / PC |  |  |  | **1,12** |  |  | **1,35** |
| Liquidez Geral = (AC + ANC"RLP") / (PC + PNC) |  |  |  | **0,24** |  |  | **0,22** |
| Endividamento Geral = C. Terc. / Pas. Total |  |  |  | **0,50** |  |  | **0,49** |
| Composição da Dívida = PC / C. Terc. |  |  |  | **0,21** |  |  | **0,16** |
| Grau de Imobilização = “AP” / PL |  |  |  | **1,76** |  |  | **1,76** |
| Grau de Imob. Rec. N. Cor. = AP / (PL + PNC) |  |  |  | **0,99** |  |  | **0,97** |

( \* ) Houve correção na fórmula do cálculo do índice de Liquidez Geral a partir de setembro/20, fundamentada por consulta no site do IOB.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Indicadores de rentabilidade** | | | | | | |
|  |  |  | **31/12/2020** |  | **31/12/2019** | | |
| EBITDA |  |  | **79.424** |  | **115.015** |
| Margem EBITDA (EBITDA/Rec. líquida) |  |  | **34%** |  | **49%** |
| EBITDA sobre o Patrimônio Líquido |  |  | **15%** |  | **22%** |
| Margem bruta (Lucro bruto/Rec. líquida) |  |  | **70%** |  | **74%** |
| Margem líquida (Lucro líquido /Rec. líquida) |  |  | **13%** |  | **24%** |
| ROI = LL / Ativo **(a)** |  |  | **2,87%** |  | **5,41%** |
| ROE = LL / PL **(b)** |  |  | **5,72%** |  | **10,66%** |
|  |  |  |  |  |  |
| **(a)   Return on investment** |  |  |  |  |  |
| **(b)   Return on equity** |  |  |  |  |  | | |

# Receita Líquida

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Acumulado** | | |  | **Variação** | | |
|  | **31/12/2020** |  | **31/12/2019** |  | **R$** |  | **%** |
| **Receita bruta** | **264.686** |  | **265.836** |  | **(1.150)** |  | **-0,43%** |
| Tarifas/Serviços | 161.607 |  | 198.996 |  | (37.389) |  | -19% |
| Arrendamento | 96.973 |  | 60.524 |  | 36.448 |  | 60% |
| Arrendamento TEGRAM | 6.081 |  | 6.081 |  | - |  | 0% |
| Outras Receitas | - |  | 235 |  | (209) |  | -89% |
| **Deduções da receita** | **(32.461)** |  | **(32.990)** |  | **529** |  | **-2%** |
| Impostos s/ Faturamento | **(32.461)** |  | **(32.990)** |  | **529** |  | **-2%** |
| **Receita Líquida** | **232.226** |  | **232.847** |  | **(621)** |  | **-0,27%** |

Em dezembro/20 no demonstrativo acumulado, houve variação na Receita Bruta (redução de 0,43%) e Receita Líquida (redução de 0,27%) comparada ao mesmo período do ano anterior.

As variações relativas as Tarifas/Serviços apresentadas no demonstrativo acumulado (redução de 19%) e Arrendamento (aumento de 60%) devem-se as reclassificações de lançamentos das receitas que anteriormente estavam classificadas na conta de Tarifa IX (Grupo 3.1.1.01-Receita Operacional) e a partir de março/20, foram transferidas para a conta de Arrendamento - Outorga Variável (Grupo 3.1.1.02-Outras Receitas Operacionais).

# Custos Operacionais

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Acumulado** | | |  | **Variação** | | |
|  | **31/12/2020** |  | **31/12/2019** |  | **R$** |  | **%** |
| Custos com Pessoal | 27.498 |  | 25.706 |  | 1.792 |  | 7% |
| Custos com Infraestrutura Portuária | 12.874 |  | 6.297 |  | 6.577 |  | 104% |
| Custos Gerais | 25.698 |  | 25.037 |  | 662 |  | 3% |
| Custos com Materiais | 332 |  | 659 |  | (327) |  | -50% |
| Custos com Serviços Essenciais | 2.287 |  | 2.985 |  | (698) |  | -23% |
| Outros Custos | 807 |  | 881 |  | (74) |  | -8% |
| **Total** | **69.497** |  | **61.565** |  | **7.932** |  | **13%** |

Os Custos Operacionais em dezembro/20 no demonstrativo acumulado, apresentaram aumento de 13% em relação ao mesmo período do ano anterior, este acréscimo deve-se às variações ocorridas nos grupos: custos com pessoal, custos com infraestrutura portuária e custos gerais. Abaixo listamos os principais eventos que contribuíram com aumento de 13%, retratado no demonstrativo acumulado.

1. No grupo Custos com Pessoal:

* Reestruturação de centros de custos, sobretudo o da GESAS que fazia parte da Presidência-PRE, e passou a ser da Diretoria de Operações-DOP.

1. No grupo Custos com Infraestrutura Portuária:

* Levantamentos, Estudos e Projetos (R$ 2.706 mil até dez/20 x R$ 792 mil até dez/19);
* Batimetria e Correntometria;
* Elaboração de Plano de Capacidade e melhorias operacionais no Porto do Itaqui e Terminais Externos;
* Serviços de modelagem numérica, hidrodinâmica e morfologia.
* Manutenção em Vias Rodoviárias (R$ 5.441mil até dez/20 x R$ 1.194 mil até dez/19);
* Serviços Especializados de Engenharia (R$ 717 mil até dez/2020 x R$ 468 mil até dez/19);

# Despesas Administrativas

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Acumulado** | | |  | **Variação** | | |
|  |  | **31/12/2020** |  | **31/12/2019** |  | **R$** |  | **%** |
| Pessoal/encargos e benefícios |  | 38.609 |  | 39.641 |  | (1.032) |  | -3% |
| Despesas gerais |  | 13.774 |  | 14.678 |  | (905) |  | -6% |
| Materiais |  | 679 |  | 332 |  | 347 |  | 104% |
| Serviços essenciais |  | 731 |  | 659 |  | 72 |  | 11% |
| Provisão para contingências |  | 12 |  | (308) |  | 320 |  | -104% |
| Outras despesas não recorrentes/reversões |  | 29.500 |  | 1.264 |  | 28.236 |  | 2235% |
| **Total** |  | **83.304** |  | **56.266** |  | **27.038** |  | **48%** |

No quadro de despesas administrativas no demonstrativo acumulado, houve um aumento de 48% comparado ao mesmo período do exercício anterior, com destaque no grupo de Materiais, Serviços Essenciais e de “Outras despesas não recorrentes/reversões”, esta última referem-se às Deliberações Nº 044/2020-DIREX e Nº 045/2020-DIREX de 30/04/2020 que manifestou-se favorável pela celebração de cooperação técnica e financeira entre a EMAP e Secretaria de Saúde e a Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares- EMSERH, para a instalação de hospital de campanha como medida de enfrentamento da pandemia de Covid-19 através do Convênio N° 001/2020 de forma que, a disponibilidade orçamentaria e financeira não comprometesse a continuidade das atividades essenciais, ao funcionamento e manutenção do porto e nem prejuízo aos investimentos programados da empresa para sua expansão.

Abaixo listamos os principais eventos que contribuíram com aumento de 48% retratado no demonstrativo acumulado.

1. No grupo Despesas com Materiais:

* Materiais Diversos (R$ 330 mil até dez/20 x R$ 22 mil até dez/19);
* Máscaras (descartáveis e N95);
* Álcool em gel;
* Material gráfico visual.

1. No grupo Serviços Essenciais:

* Água e Esgoto (R$ 178 mil até dez/20 x R$ 95 mil até dez/19);
* O aumento de despesas com água e esgoto deve-se, principalmente à implantação de novos empreendimentos/setor (COPI e Ouvidoria) no prédio do Centro de Negócios alocado ao centro de custo da GEACO/DPD.

1. No grupo Outras Despesas Administrativas Não Recorrentes:

* Convênio de Cooperação Técnica e Financeira (R$ 22.610 mil até dez/20);
* Donativos e Contribuições (Doações de Cestas Básicas R$ 2.605 mil até dez/20);
* Outros Serviços Especializados (R$ 664 mil até dez/20 x R$ 434 mil até dez/19);
* Serviços de coleta e análise laboratorial de água para consumo humano, serviços de limpeza tratamento e desinfecção de reserva de água;
* Serviço de aluguel de cães de detecção de narcóticos ou entorpecentes;
* Serviços de limpeza, higienização e manutenção preventiva e corretiva de bebedouros;
* Serviços de fornecimento de água potável por meio de carros pipa;
* Serviços de limpeza, lavagem e higienização de carpetes, cadeiras, poltronas e outros equipamentos;
* Serviços de esgotamento de fossas sépticas;
* Serviços de captura de cães e gatos nas áreas administradas pela Emap e terminais externos.
* Indenizações à Terceiros (R$ 3.052 mil até dez/20).
* Indenização compensatória aos trabalhadores portuários avulsos-OGMO – MP nº 945/2020 R$ 1.682 mil;
* Indenizações judiciais R$ 1.370 mil.

# Depreciação/Amortização

A variação ocorrida durante o exercício na despesa com depreciação, refere-se ao reconhecimento da Receita de Subvenção na proporção da depreciação dos bens relacionados ao Convenio DNIT 173 - 2003 (Recuperação Berço 101 e 102, Retroárea Berço 101 e Construção Berço 100), cujas prestações de contas foram encerradas pelos órgãos concedentes. Desta forma, a Receita de Subvenção foi classificada em conta contábil retificadora da despesa de depreciação em conformidade com o que determina o Pronunciamento Técnico CPC 07, item 29.

A despesa de depreciação dos bens adquiridos com Receita de Subvenção é dedutível para fins de apuração do lucro real, respeitando o disposto nos artigos 317 a 323 do Decreto nº 9.580/2018, pois não há distinção legal da dedutibilidade de despesas de depreciação entre bens adquiridos de maneira convencional e adquiridos por meio de subvenção.

# Tributos sobre o lucro

A composição da despesa do imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2020

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Acumulado** | | |  | **Variação** | | |
|  | **31/12/2020** |  | **31/12/2019** |  | **R$** |  | **%** |
| **IRPJ e CSLL Correntes** |  |  |  |  |  |  |  |
| Despesas de contribuição social corrente | 6.011 |  | 7.644 |  | (1.633) |  | -21% |
| Despesa de imposto de renda Corrente | 16.274 |  | 20.700 |  | (4.427) |  | -21% |
| Receita Subvenção - incentivo fiscal SUDENE | - |  | (1.304) |  | 1.304 |  | -100% |
| **Despesas de IRPJ e CSLL** | **22.285** |  | **27.040** |  | **(4.755)** |  | **-18%** |

No quadro demonstrativo de despesas com IRPJ e CSLL correntes e Receita de Subvenção acumulados, houve redução de 18% comparado ao mesmo período do ano anterior. Estas variações estão diretamente relacionadas ao Lucro Real apurado, ou seja, o resultado fiscal dos períodos comparados, partindo do resultado contábil e considerando as adições e exclusões à base de cálculo conforme a legislação tributária vigente.

A Receita de Subvenção apresentada no demonstrativo acumulado decorre do benefício Fiscal concedido pela SUDENE (Laudo Constitutivo n.º 0210/2014), de redução de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto sobre a Renda e Adicionais não Restituíveis, incidentes sobre o Lucro da Exploração, e homologado pela Receita Federal através do Processo n.º 10320.720342/2015-75, com prazo inicial de fruição em 01/01/2014, e prazo total para aproveitamento de 10 (dez) anos, conforme ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO (ADE) N.º 16 de 04/07/2016 publicado no Diário Oficial da União n.º 142, terça-feira de 26/07/2016. É importante salientar que, em abril de 2019, o ATO DECLARTÓRIO EXECUTIVO (ADE) n° 12 de 2019 veio tornar de oficio sem efeito o ADE nº 16 de 2016.

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local do Brasil (alíquota hipotética) dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está demonstrada a seguir:



# Valores de terceiros

Quanto às aplicações de valores de terceiros referem-se a:

* R$ 1.117 mil de fornecedores em garantia contratual (caução) a ser devolvido ao término dos contratos, nos termos da Lei 13.303/2016 Art. 70 e parágrafos do § 1º ao 4º. Estes valores são atualizados mensalmente pelo índice da poupança, de modo a retratar o total da obrigação para com os prestadores de serviço que efetuaram o depósito caução.

# Clientes

Composição do saldo de clientes por vencimento (a vencer e vencidos):

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **31/12/2020** |  | **31/12/2019** |  |
|  |  |  |  |  |  |
| Vencer em até 30dd |  | 11.033 |  | 9.173 |  |
| A Vencer entre 30 e 60 dd |  | 124 |  | 117 |  |
| A Vencer entre 60 e 90 dd |  | 56 |  | 117 |  |
| A Vencer entre 90 e 180 dd |  | 91 |  | 318 |  |
| A Vencer entre 180 e 360 dd |  | - |  | 602 |  |
| A Vencer mais de 360 dd |  | - |  | 266 |  |
|  |  |  |  |  |  |
| **Valores a Vencer (1)** | **(ii)** | **11.305** |  | **10.593** |  |
|  |  |  |  |  |  |
| Atraso até 30 dias |  | 230 |  | 415 |  |
| Atraso de 31 à 60 dias |  | 108 |  | 6 |  |
| Atraso de 61 à 90 dias |  | 116 |  | 14 |  |
| Atraso de 91 à 180 dias |  | 309 |  | 8 |  |
| Atraso de 181 à 360 dias |  | 312 |  | - |  |
| Atraso a mais de 360 dias |  | 9.928 |  | 9.904 |  |
|  |  |  |  |  |  |
| **Valores Vencidos (2)** | **(iii)** | **11.003** |  | **10.346** |  |
|  |  |  |  |  |  |
| **Total (1+2)** |  | **22.308** |  | **20.939** | **(i)** |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ***(i)*** *Do montante,* ***R$ 10.160 mil*** *estavam em Ação Monitória;* | | |  |  |  |  |
| ***(ii)*** *Do montante,* ***R$ 260 mil*** *são parcelas de Acordos Judiciais com os clientes Gusa Nordeste, COSIMA,*  *Guarany Siderurgia e Cia Vale do Pindaré.* | | |  |  |  |  |
| ***(iii)*** *Do montante,* ***R$ 9.927 mil*** *estão em Ação Monitória.* |  |  |  |  |  |  |

Composição do saldo de clientes segregados em Circulante e Não- Circulante

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **31/12/2020** |  | **31/12/2019** |
|  |  |  |  |  |
| Vencer em até 30 dias |  | 11.033 |  | 9.173 |
| A Vencer entre 30 e 60 dias |  | 124 |  | 117 |
| A Vencer entre 60 e 90 dias |  | 56 |  | 117 |
| A Vencer entre 90 e 180 dias |  | 91 |  | 318 |
| A Vencer entre 180 e 360 dias |  | - |  | 602 |
| Atraso até 30 dias |  | 230 |  | 415 |
| Atraso de 31 à 60 dias |  | 108 |  | 6 |
| Atraso de 61 à 90 dias |  | 116 |  | 14 |
| Atraso de 91 à 180 dias |  | 309 |  | 8 |
| Atraso de 181 à 364 dias |  | 312 |  | - |
|  |  |  |  |  |
| **Ativo circulante (1)** |  | **12.380** |  | **10.770** |
|  |  |  |  |  |
| A Vencer mais de 360 dias |  | - |  | 266 |
| Atraso a mais de 365 dias |  | 9.928 |  | 9.904 |
|  |  |  |  |  |
| **Ativo não circulante (2)** |  | **9.928** |  | **10.169** |
|  |  |  |  |  |
| **Total (1+2)** |  | **22.308** |  | **20.939** |

Embora o prazo de Recebimento da EMAP seja de 10 dd úteis, observa-se no grupo “Valores a Vencer” linhas com valores cujo vencimento é superior a esse prazo, que são relativos a Acordos de Parcelamento negociados com clientes conforme demonstrado abaixo:



**Nota:**

1. *O valor de R$ 1.250.000,00 refere-se ao Acordo de 36 prestações de 34.722,22 (NF´s.20499 a 20502 / 20556 a 20560 / 20562 - R$ 347.894,94) - Processo n° 27377-12.2008.8.10.0001 - 8ª Vara Cível de São Luís;*
2. *Acordo Judicial COSIMA NF´s 20513, 20514, 20566, 20567, 20568 e 20569 emitidas em 28/02/2007 - Proc. 27373-72.2008.8.10.0001. Data do acordo em 07/01/2019;*
3. *Acordo Judicial GUARANY, ref. NF´s 20515 a 20520 e 20562 a 20565 emitidas em 28/02/2007 Proc. 27382-34.2008.8.10.0001. Data do acordo em 04/01/2019;*
4. *Acordo Judicial Cia Siderúrgica Vale do Pindaré referente aos Processos N° 0003011-40.2008.8.10.0022 e 0002555-90.2008.8.10.0022. Data do acordo 07/05/2019;*
5. *Aroma e Sabor TCPD -Termo de Confissão e Parcelamento de Dívida assinado lavrado e regularmente autorizado pelo Presidente da EMAP em 30.06.2020, conforme Processo Administrativo N° 800/2020 de 05.06.2020 e do Termo de Apostilamento N° 002/2014/01-EMAP*;
6. *Glenda de Lourdes TCPD N° 001/2020-GEJUR/EMAP lavrado e regularmente autorizado pelo Presidente da EMAP em 27.07.2020, conforme Processo Administrativo N° 872/2020 de 18.06.2020 e do Termo de Apostilamento n°001/2016/01-EMAP;*
7. *Associação do Posto de Táxi da Ponta da Espera TCPD N°003/2020-GEACO/EMAP Lavrado e regularmente autorizado pelo Presidente da EMAP em 21.09.2020, conforme Processo Administrativo N°948/2020, e do Termo de Apostilamento N° 017/2019/01-EMAP.*

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **31/12/2020** | | |  |  | **31/12/2019** | | |
|  |  | **Circulante** |  | **Não circulante** |  |  | **Circulante** |  | **Não circulante** |
| **Cliente** |  | **12.380** |  | **9.928** |  |  | **10.779** |  | **10.160** |
| **PCLD (\*)** |  | **(23)** |  | **(9.928)** |  |  | **-** |  | **(9.894)** |
| **Total** |  | **12.357** |  | **-** |  |  | **10.779** |  | **266** |
| (\*) Provisão para crédito de liquidação duvidosa | | | | |  |  |  |  |  |

O total recebido de clientes em dezembro/20 foi de R$ 22.420 mil, deste valor, 33% correspondem ao faturamento do mês e 67% dos meses anteriores. Abaixo, destacamos os saldos mais representativos.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Clientes – Ativo Circulante** | **31/12/2020** | **%** |
| Petróleo Brasileiro S/A | 4.158 | 34% |
| Outros | 1.746 | 14% |
| Suzano Papel e Celulose - Salvador/BA | 1.370 | 11% |
| Corredor Logistica e Infraestrutura | 995 | 8% |
| Corredor Logistica e Infraestrutura | 995 | 8% |
| Brazshipping Marítima Ltda | 637 | 5% |
| VLI Multimodal | 543 | 4% |
| Cia Vale do Rio Doce - Ponta da Madeira | 431 | 3% |
| Fertimport S/A - São Luís | 335 | 3% |
| Gem Shipping Ltda | 280 | 2% |
| Granel Quimica Ltda | 262 | 2% |
| Glencore Serviços S.A | 243 | 2% |
| UTE Porto do Itaqui Geração de Energia | 196 | 2% |
| GAC Logística do Brasil Ltda | 186 | 2% |
| **Total Contas a Receber** | **12.380** | **100%** |
| **PCLD-Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa** | **(23)** |  |
| **Total Líquido** | **12.357** |  |

# Impostos e Contribuições a Recuperar

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **31/12/2020** |  |  | **31/12/2019** |
| ISS |  | 5 |  |  | - |
| IRPJ |  | 10.646 |  |  | 10.220 |
| CSLL |  | 1.729 |  |  | 1.606 |
| **Total** |  | **12.379** |  |  | **11.825** |

# Imobilizado

O conjunto de bens registrado no Ativo Imobilizado, em conformidade com o Manual de Contas das Autoridades Portuárias, página 190, são classificados como bens reversíveis, por terem sido adquiridos no período de vigência do Ato de Delegação (Convenio de Delegação n.º 016/2000). Os quadros abaixo evidenciam o saldo do ativo imobilizado, bem como as movimentações ocorridas em dezembro de 2020. Os valores são apresentados líquidos de depreciação/amortização, quando aplicável.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **31/12/2020** |  |  | **31/12/2019** |
| Bens Imóveis | 568.700 |  |  | 580.237 |
| Bens Móveis | 11.792 |  |  | 11.245 |
| Bens Móveis Convênio | 253 |  |  | 253 |
| Bens em Montagem | 7.979 |  |  | 7.458 |
| Obras em Andamento | 324.968 |  |  | 315.223 |
| **Total Imobilizado** | **913.692** |  |  | **914.415** |

**Mutações do Ativo Imobilizado**



# Intangível

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **31/12/2019** |  | **Adições** |  | **Amortização** |  | **Baixas** |  |  | **31/12/2020** |
| Softwares e Direitos | | 24.356 |  | 346 |  | - |  | - |  |  | 24.702 |
| **Total** |  | **24.356** |  | **346** |  | **-** |  | **-** |  |  | **24.702** |

# Fornecedores

No quadro abaixo evidenciam-se os valores mais representativos quanto ao valor total a pagar de fornecedores.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Fornecedores** | **31/12/2020** | **%** |
| Edro Engenharia Ltda | 1.182 | 15% |
| Edeconsil Construções e Locações Ltda | 1.035 | 13% |
| Maxtec Serviços Gerais e Man. Industrial | 969 | 12% |
| Orgão Gestor de Mão-de-Obra | 918 | 12% |
| Outros ( \* ) | 892 | 11% |
| Armazém Mateus - Maracanã | 830 | 10% |
| Leiaute Comunicação e Propaganda Ltda | 714 | 9% |
| Nórcia Vigilância Patrimonial Eireli -ME | 398 | 5% |
| Ancora Manutenção e Serviços LTDA-ME | 374 | 5% |
| COPABO Infra-Estrutura Marítima Ltda | 262 | 3% |
| Internacional Marítima | 232 | 3% |
| Paragon Tecnologia Ltda | 172 | 2% |
| **Total** | **7.977** | **100%** |

( \* ) Saldos de fornecedores que estão pulverizados no grupo e que individualmente são

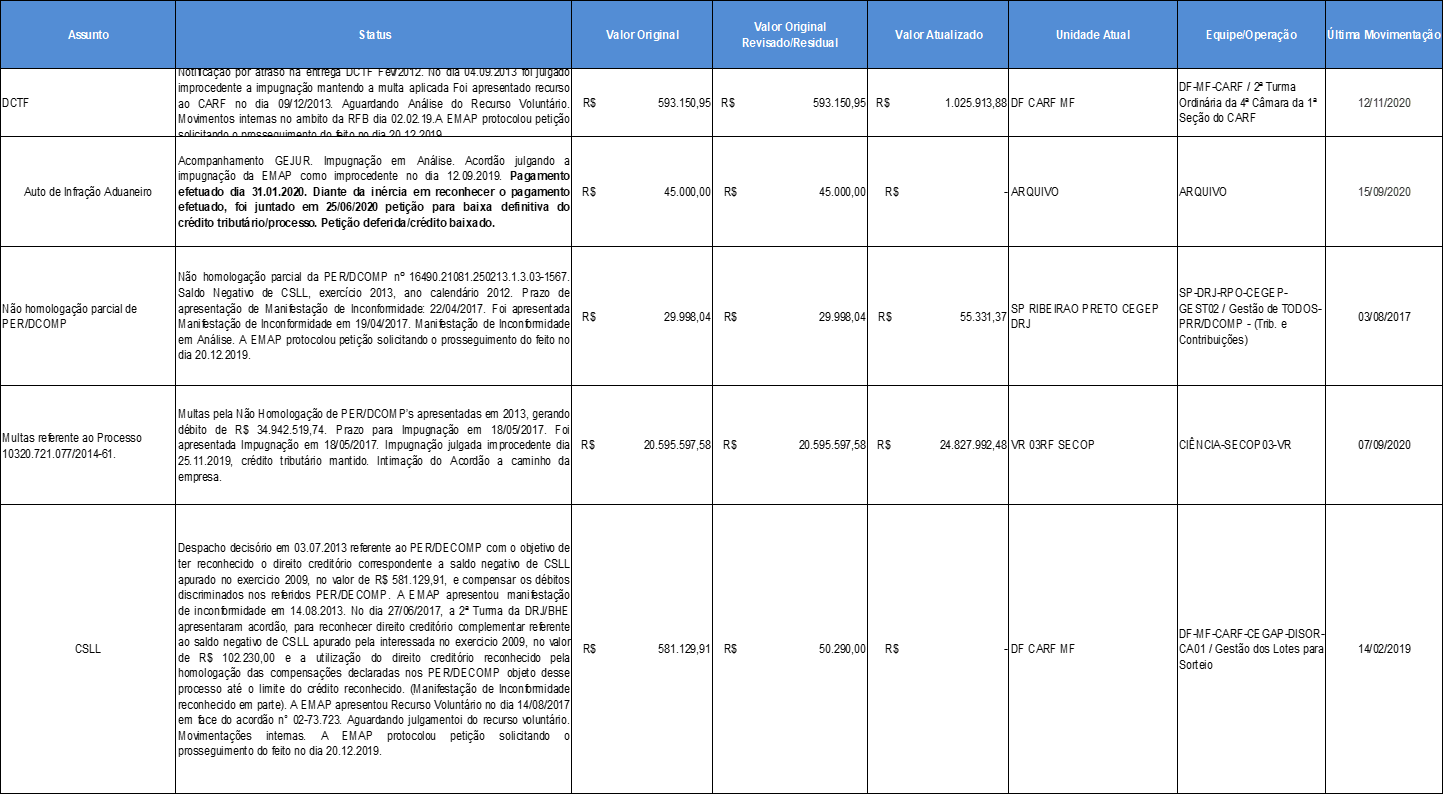
Julgados irrelevantes em percentual de representatividade.

# Impostos e contribuições a recolher

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **31/12/2020** |  |  | **31/12/2019** |
| ISS |  | 904 |  |  | 777 |
| INSS |  | 1.256 |  |  | 1.235 |
| FGTS |  | 228 |  |  | 335 |
| PIS |  | 207 |  |  | 254 |
| COFINS |  | 952 |  |  | 1.173 |
| IRPJ / CSLL |  | - |  |  | 241 |
| IRRF |  | 537 |  |  | 996 |
| Outros |  | 150 |  |  | 155 |
| **Total** |  | **4.234** |  |  | **5.166** |

# Fiscalizações e Obrigações Fiscais

A EMAP está tratando em esfera administrativa com o Fisco Federal os processos abaixo, ressaltamos que todas as ações foram tomadas tempestivamente, garantindo o cumprimento dos prazos para impugnação e envio de documentação solicitada. No quadro abaixo são apresentados os status dos processos individualmente, de acordo com pesquisa feita no site da Receita Federal até o dia 31 de dezembro de 2020.



# Receita Diferida

A Empresa mantém contratos de arrendamento de área para operação (inclusive a construção) do Terminal de Grãos do Maranhão-TEGRAM com as empresas Terminal Corredor Norte S.A, Amaggi & LDC Terminais Portuários S/A, CGG Trading S.A e Glencore Serviços e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.

A remuneração dos contratos de arrendamento é composta por outorga fixa e outorga variável, pagas mensalmente. Na data da assinatura dos contratos, foi pago à vista os valores denominados a: 1) Oportunidade de Negócio no valor de R$ 144.015 mil, e 2) Down Payments no valor de R$ 7.680 mil. Estes valores foram reconhecidos como receita diferida – item 50 do CPC 06 - e está sendo apropriado (no resultado) utilizando-se o método linear pelo prazo de 25 anos, sendo este o prazo dos contratos de arrendamento. O quadro abaixo demonstramos a posição da receita diferida.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **31/12/2020** | | |  | **31/12/2019** | | |
|  | **Circulante** |  | **Não circulante** |  | **Circulante** |  | **Não circulante** |
| Oportunidade de negócios | 5.773 |  | 87.094 |  | 5.773 |  | 92.866 |
| Downpayment | 308 |  | 4.629 |  | 308 |  | 4.938 |
| **Total** | **6.081** |  | **91.723** |  | **6.081** |  | **97.804** |

# Juros Sobre Capital Próprio

O saldo de R$ 77.791 mil referente aos Juros sobre Capital Próprio (JCP) a pagar ao Governo do Estado. Este valor corresponde à remuneração do capital do acionista, e decorre de uma ação de planejamento tributário em que se reconhece uma despesa dedutível do IR que reduz o lucro contábil conforme previsto no art. 9º da nº Lei 9.249/95 com alterações feitas pelos art. 51, 78 e 88 da Lei n.º 9.430/96 e art. 9º da Lei n.º 12.973/14.

# Outras Contas a Pagar

No grupo outras contas a pagar temos saldos concernentes aos valores caucionados retidos de fornecedores, sendo estes controlados por contratos individuais, e o saldo da conta outras provisões, que correspondem as despesas ocorridas em exercícios anteriores e que estão sendo baixadas conforme realização dos pagamentos mediante conclusão das análises processuais.

# Convênios a Comprovar

Durante o exercício, houve o reconhecimento da Receita de Subvenção na proporção da depreciação dos bens relacionados ao Convenio DNIT 173 - 2003 (Recuperação Berço 101 e 102, Retroárea Berço 101 e Construção Berço 100), cujas prestações de contas foram encerradas pelos órgãos concedentes, em conformidade com o que determina o Pronunciamento Técnico CPC 07 item 17 e confirmado pela Solução de Consulta COSIT nº 15/2020 houve baixa parcial de R$ 10.848 mil, como segue:

a) Depreciação incorrida em 2019 R$ 1.806 mil

b) Depreciação janeiro a outubro de 2020 R$ 8.220 mil

c) Depreciação incorrida em novembro 2020 R$ 822 mil

Para fins de tributação, o art. 30 da Lei nº 12.973/2014 e o art. 523 do Decreto nº 9.580/2018 determinam a exclusão dos valores relacionados às subvenções para investimento na determinação do lucro real, base de cálculo do IRPJ e CSLL. No que se refere ao PIS e a COFINS, tanto as subvenções de custeio como as de investimento, não se amoldam ao conceito de faturamento, logo, estão fora do campo de incidência das contribuições, vide Acórdãos 9303-005.270 e 9303-005.503, julgados em 2017 pela 3ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF).

# Patrimônio Líquido

**Capital Social**

Durante o exercício, em novembro/20, houve aumento do Capital Social da EMAP de R$ 355.781.028,35 (trezentos e cinquenta e cinco milhões, setecentos e oitenta e um mil, vinte e oito reais e trinta e cinco centavos) para R$ 375.668.391,80 (trezentos e setenta e cinco milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, trezentos e noventa e um reais e oitenta centavos) representado por 375.668.391(trezentos e setenta e cinco milhões, seiscentas e sessenta e oito mil, trezentas e noventa e uma) ações nominativas com valor unitário de R$1,00 (um real), conforme Decreto nº. 36.331 de 11 de novembro de 2020, tendo como único acionista o Governo do Estado do Maranhão.

A origem desse aumento deve-se à incorporação das reservas de incentivo fiscal dos exercícios de 2017, 2018 e 2019 no valor total de R$ 20.988.027,88 (vinte milhões, novecentos e oitenta e oito mil, vinte e sete reais e oitenta e oito centavos) e da regularização junto à Prefeitura de São Luís de área de terreno já incorporado, resultando em redução da área total em 11.089,02 m² e do valor em R$ 1.100.664,43 (um milhão, cem mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e quarenta e três centavos).

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ***Composição*** |  |  |  |  |  |  |
| *(Em milhares de Reais)* |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Acionista** | **R$** |  | **%** | **Quant. Ações** | | |
| Governo do Estado do Maranhão | 375.668 |  | 100 |  | 375.668 |  |

**Reservas e Retenção de Lucros**

* **Reserva de Incentivo Fiscal**

Durante o exercício, houve a incorporação ao Capital Social do saldo acumulado da Reserva de Incentivo Fiscal-Sudene no valor de R$ 20.988.mil conforme proposta aprovada em DIREX pela resolução n. º 116/2020. E devido a revisão da ECF do período de 2015 a 2018 foi identificado o valor de R$ 6,4 mil a ser adicionado à constituição da Reserva de Incentivo do período revisado, que foi reconhecida em dezembro de 2020 em contrapartida da Conta de Ajustes de Exercícios Anteriores, e que será incorporada ao Capital Social em 2021.

Em dezembro de 2020, houve a constituição de reserva de incentivo fiscal de subvenção para investimento-DNIT no valor de R$ 11.670 mil.

* **Reserva Legal**

Constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a Lei nº. 6.404/76 no Art. 193 e limitada a 20% do capital social.

A Empresa apresenta um saldo de reserva legal no montante de R$ 21.982 mil em 31 de dezembro de 2020.

**\* \* \* \* \***

Artur Thiago Leda Alves da Costa

Diretor de Administração e Finanças

|  |
| --- |
|  |
|  |

Eduardo de Carvalho Lago Filho

Presidente

Jadson Mendes Miranda

Coordenador de Contabilidade

CRC/MA 006540/O-1

Joabe Domingues Alves

Gerente de Finanças

EMAP/GEFIN